

## **“A IRA DO MONSTRO”: A RETÓRICA POLÍTICA DO JORNAL DO BRASIL SOBRE PROTESTO POPULAR EM TEMPOS DE REDEMOCRATIZAÇÃO.**

Luciana Pucu Wollmann<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo identificar as diferentes opiniões publicadas no Jornal do Brasil sobre um protesto popular ocorrido em Brasília em 27 de novembro de 1986, contra o Plano Cruzado II. Mais do que apresentar os motivos que precipitaram tal manifestação é nosso interesse perceber a heterogeneidade dos discursos e as posições divergentes dos produtores do jornal diante deste acontecimento. Trazendo à tona outros assuntos que nem constavam - ao menos explicitamente - na pauta de reivindicações dos manifestantes, tais como: recessão, política econômica do governo, FMI, avanços e recuos da democracia estas reportagens nos conduzem, necessariamente, a um debate mais amplo sobre a conjuntura política e econômica do período e à análise do complexo processo que envolve a construção da notícia.

**Palavras-Chave:** Protesto Popular; Imprensa; Plano Cruzado ; Jornal do Brasil; Brasil; Século XX

**Abstract:** The purpose of this paper is to identify the various opinions published in the Jornal do Brasil concerning a demonstration that took place in Brasilia on November 27, 1986 against the Plano Cruzado II. Other than merely presenting the motives that led to the demonstration, our interest lies in pointing out the heterogeneous discourses and diverging positions of the newspaper editors regarding this incident. Because they bring out other topics which did not formally belong – at least ostensibly – to the claim list of those demonstrating (such as the recession, the government’s economic policies, the IMF, advances and setbacks of the democracy those reports, necessarily lead, us to a broader debate on the political and economical circumstances of the time and analysis of the complex process that involves the structuring of the news pieces.

**Key-words:** Popular Protest; Press; Plano Cruzado II; Jornal do Brasil; Brazil; XXth Century

---

<sup>1</sup> Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social do Território da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Atualmente leciona História em escolas da rede pública e privada de ensino do Estado do Rio de Janeiro.

(...) esse inimigo pode ser o embrião de um monstro: a *opinião pública*. Assim não adianta mais ficar discutindo quem está com a bola toda é o Sarney, Funaro ou Ulysses. Agora os três tem que se cuidar, para evitar a ira do monstro e digerir juntos essa conseqüência natural da transição que é a manifestação popular, seja ela ‘orquestrada’ ou ‘manipulada’ – como se dizia até dois anos atrás e começou-se a se repetir agora – ou simplesmente espontânea, o que de resto, é muito difícil”. (Eliane Cantanhede. Editorial do Jornal do Brasil, 1/12/1986. *Grifo meu.*).

Sexta-feira, 28 de novembro de 1986. Na capa do *Jornal do Brasil*, uma manchete em destaque: “Protesto leva arruaça a Brasília”. Abaixo, em maior evidência, uma fotografia de meia página estampava a nuvem negra das viaturas policiais em chamas, um dos prováveis registros finais de um dia de protesto que reuniu milhares de pessoas<sup>2</sup> nas ruas da capital federal e que terminou em confronto dos manifestantes com a polícia.

De início, parecia mais uma manifestação como outras tantas daquele período. “Ninguém estava dando muita importância”, conforme salienta um redator do jornal. O buzinaço no final daquela tarde de quinta-feira, organizado segundo o jornal, pelas principais centrais sindicais (CUT, CGT e CNTI) e partidos de esquerda (PT, PC do B e PDT) ganhou aspecto de motim popular quando “uma enorme massa de desconhecidos” juntou-se à carreata “na mais surpreendente e mais violenta insubordinação popular de Brasília em seus 26 anos de existência.”<sup>3</sup>

O “monstro” parecia acordar. E segundo a chefe de redação do *Jornal do Brasil* em Brasília, de mau humor. Os vinte anos de ditadura militar no país, seguido dos impasses de um período de redemocratização conturbado, caracterizado por avanços e retrocessos do processo político, alianças políticas, crise econômica, e ainda, uma “política de conciliação” entre as principais forças políticas dominantes para eleger indiretamente o primeiro presidente civil após tantos anos de “chumbo”<sup>4</sup>, pareciam ter arrefecido o monstro. Por um tempo.

A ausência de legitimidade política do governo de José Sarney (1985-1989), reconhecidamente um homem de confiança da ditadura, assomada aos altos índices inflacionários que se fizeram sentir principalmente nos seus dois últimos anos de governo, mantiveram o monstro à espreita. A efervescência política verificada nos anos anteriores, quando assuntos como cidadania, conquista de direitos sociais e civis e sobre próprios rumos que democracia recém inaugurada deveria seguir, ainda que sobre tutela<sup>5</sup>, ganharam importância no debate público, e exatamente por isso, não saíam tão facilmente da ordem do dia das discussões políticas – travadas no Congresso, no governo, nos partidos, nos sindicatos, mas também nos meios de comunicação e sobretudo, na sociedade civil.

A figura subalterna e alheia do povo brasileiro delineava-se, então, sobre nova luz, a que os ilumina como agentes e falantes coletivos, auto-representados e situados no centro da questão democrática que movimentava a sociedade com o fim da ditadura militar.<sup>6</sup>

Relativizando algumas considerações de Maria Célia Paoli<sup>7</sup>, em seu estudo sobre a inserção/ exclusão dos movimentos sociais do debate político em diferentes momentos na história de nosso país, consideramos, em consonância com a autora, que os anos 70 e 80 em particular, representaram uma interferência significativa da população nos assuntos políticos em pauta. A forte mobilização popular mencionada neste período, que talvez tenha atingido seu ponto máximo na Campanha pelas "Diretas Já" (1984), colocou em xeque a tal "herança privatista da nossa política" ao trazer para os espaços coletivos e públicos "(...) uma outra prática, investida de autonomia, de enfrentamento pelo direito à enunciação e à negociação de direitos como base para a possibilidade de uma sociedade democrática."<sup>8</sup>

É claro que não pretendemos aqui minimizar as diferenças – ideológicas, de atuação e organizativa existentes entre tais movimentos, nem dirimir as suas intenções, qualidades políticas, rupturas e continuísmos. Tampouco é nossa intenção descartar as reações "espontâneas" da população neste contexto da chamada "Nova República" as quais, aliás, nos interessam mais de perto. Porém, o que destacamos aqui, à priori, é como esta categoria - a opinião pública, um "monstro irado" para a redatora do *Jornal do Brasil*, ganhou destaque nos editoriais e colunas políticas do periódico neste dia de protesto em Brasília, e na semana subsequente a este.

Alvo de intensos debates em diferentes áreas das ciências humanas, esta tão "polissêmica" e "polêmica"<sup>9</sup> expressão – "a opinião pública" – não será aqui objeto de uma análise conceitual mais aprofundada. Por outro lado, intrigou-nos a recorrência com "ela" foi constantemente evocada pelos redatores e colunistas políticos do *Jornal do Brasil* nos debates e reportagens em torno deste episódio. Tratada ora como "ente" extrínseco, sem controle, assustador, ora como expressão efetiva da cidadania, como algo inerente e necessário a um país que se pretendia democrático, esta categoria e seus diferentes usos verificados nos editoriais, reportagens e análises políticas publicadas no *Jornal do Brasil* sobre aquele protesto ocorrido em 27 de novembro do ano de 1986, revelam-nos como para além de uma simples cobertura jornalística em torno de um "quebra-quebra" na capital federal, o periódico se propôs a conduzir a discussão a patamares mais complexos. A ampliação do debate em torno das perdas salariais, da dívida externa, da política econômica, da repressão policial e é claro, dos possíveis desdobramentos que uma manifesta-

ção popular desta relevância poderia causar a um governo já visivelmente desgastado pelo quadro recessivo e que sempre, de certa forma, teve a sua legitimidade questionada, tornaram este exercício ainda mais instigante.

Diante do exposto, o objetivo principal deste trabalho é identificar os diferentes discursos construídos pelo *Jornal do Brasil* em torno deste protesto popular ocorrido em Brasília em 27 de novembro de 1986. Inicialmente, a nossa intenção era perceber como alguns jornais representantes da chamada *grande imprensa* divulgaram e discutiram a greve geral organizada pela CUT e CGT em dezembro do mesmo ano. E foi justamente consultando a documentação para a pesquisa que nos deparamos com este acontecimento: um protesto na capital federal, que reuniu “(...) líderes do PT, PDT, PCB, PC do B, CUT e CGT, uma enorme massa de desconhecidos e um contingente de 12 mil homens de todo aparelho de polícia do Distrito Federal”.<sup>10</sup> O “monstro e a sua ira” particularmente nos interessaram.

É verdade que um dia de manifestação apenas, configura um momento específico meio ao complexo processo de redemocratização do nosso país. Não esperamos aqui dar conta de toda esta teia de relações e significados que configuram este período. A acomodação de forças políticas no governo pós-ditadura, as formas de participação da sociedade civil, as indefinições quanto aos rumos das políticas econômicas heterodoxas do governo Sarney, os questionamentos sobre o compromisso do novo governo com o processo de abertura política, enfim, todas estas incertezas que já foram objeto de análises tão profícuas, serão abordadas aqui de maneira sucinta, ao passo que fazem parte do contexto que estamos estudando.

Cabe ressaltar, porém, que apesar da brevidade do episódio propriamente dito, este acabou gerando novas discussões, aliando e dividindo opiniões, sugerindo que além das manchetes e notícias que um protesto de grandes proporções ocorrido na capital do país suscitava, este se apresentava como um interessante caminho para um debate cujos temas produtores e leitores do jornal pareciam ávidos a discutir.

Acreditamos que ao tentar trazer este acontecimento para o centro da cena política - ao menos em suas páginas - o *Jornal do Brasil* se situou como ator político neste tempo de incertezas ou nos termos de Francisco de Oliveira, “era de invenções”<sup>11</sup>, que tanto caracterizou esta conjuntura. Diante das indeterminações e das diferentes soluções políticas para salvaguardar o estado democrático de direito, este periódico acabou reunindo opiniões variadas não só sobre este episódio em especial, mas sobre os próprios caminhos da democracia.

Ocupando lugar de destaque no debate político nacional desde do fim do séc. XIX<sup>12</sup>, o *Jornal do Brasil* “(...) desempenhou um importante papel no pro-

cesso de redemocratização no Brasil, atuando como formador de opinião e como porta-voz da iniciativa privada”<sup>13</sup>. Sendo um dos expoentes mais expressivos da chamada *grande imprensa* brasileira, este periódico sempre buscou conciliar, à semelhança de outros jornais de mesmo porte, as demandas do público leitor e os interesses privados que lhe permitiam a circulação. Assumindo uma posição crítica em relação aos retrocessos do processo de abertura política capitaneada pelos governos militares, o periódico acabou adotando uma postura moderada frente aos “perigos de radicalidade” verificados no país em fins dos anos 1970<sup>14</sup>. Já no momento em que as pressões sociais em prol das eleições diretas para Presidente da República ganharam forte adesão popular, no início da década de 1980, foi possível vislumbrar nas colunas e editoriais do *Jornal do Brasil* maior heterogeneidade entre as opiniões, que incluíam desde manifestações declaradas de apoio a grandes movimentos populares, como a Campanha pelas “Diretas Já” a posições de condenação à mesma<sup>15</sup>. No momento em que o Brasil atravessava grave crise econômica e o redefinía as bases políticas para a sua democracia, o *Jornal do Brasil* buscou, a partir de uma manifestação popular ocorrida em novembro de 1986, trazer mais uma vez para o centro da cena assuntos que declaravam como de “interesse público”.

À guisa de organização da nossa discussão, apresentaremos primeiramente um breve panorama da conjuntura brasileira na década de 80, a fim de tornar mais factível a construção do nosso argumento; a seguir, faremos uma análise do material recolhido na pesquisa. Seleccionamos editoriais, reportagens da seção política e artigos de colunistas e colaboradores externos deste mesmo jornal que trataram do tema em questão no período de 25/11/1986 a 3/12/1986, ou seja, dois dias antes da manifestação e uma semana posterior a esta.

O presente artigo é uma versão revisada do trabalho que foi apresentado à disciplina “História e Imprensa Política no Brasil (séc. XIX/XX)”, ministrado pela Professora Doutora Cláudia Santos, no segundo semestre de 2007, no curso de mestrado em História Social do Território, da UERJ - FFP, campus de São Gonçalo/ RJ. As reflexões que se seguem são resultantes de alguns meses de debates entre professores e jovens pesquisadores que passaram a enxergar a imprensa como um espaço de luta, de debates, de consensos e dissensos, enfim, de discussão política e, portanto, de investigação histórica.

### **BRASIL, DÉCADA DE 1980: O “EMBRIÃO DO MONSTRO”.**

No início do segundo ano do governo Sarney, a população brasileira parecia não conter o clima de entusiasmo motivado pelo anúncio, em 28/2/1986, do Plano Cruzado. Contrariando a opção de Tancredo Neves por uma política econômica mais ortodoxa<sup>16</sup>, Sarney acabou adotando medidas semelhantes àquelas

implementadas em Israel e na Argentina, quando anunciou em 1986, o “pacote econômico” que previa dentre outras medidas, o congelamento dos preços<sup>17</sup>. A classe trabalhadora assim, recebia de bom grado a notícia que não lhe acenava perdas e sim, ganhos reais<sup>18</sup>.

Desde o primeiro choque do petróleo em 1973 - momento o qual o “milagre” já dava claros sinais de desgaste, até 1983, quando finalmente, o país recorre ao Fundo Monetário Internacional (FMI) como alternativa para a saída da crise, os governos militares já não conseguiam mais dissimular os efeitos do colapso da economia brasileira. Segundo José Murilo de Carvalho, a opção por uma abertura “lenta, gradual e segura” do país, capitaneada pelo governo de Ernesto Geisel em 1974, se deu dentre outros motivos, pela necessidade de “promover a redemocratização enquanto ainda houvesse prosperidade econômica”, pois uma vez instalada a crise, “os custos da manutenção do controle dos acontecimentos seriam muito mais altos.”<sup>19</sup>

Em 1983, portanto, a conjuntura política já era um pouco diferente. Mesmo com todos os retrocessos verificados no período da chamada “transição democrática”, detectados inclusive no contexto das eleições de 15 de novembro de 1982<sup>20</sup>, a oposição, conseguiu conquistar maioria na Câmara dos Deputados, além de garantir vitória em dez governos estaduais, dentre eles, os do Rio de Janeiro e São Paulo<sup>21</sup>. Sendo assim, todas as medidas de exceção – sendo elas políticas, econômicas ou sociais, tomadas daqui em diante pelo governo federal acabavam, por extensão, atribuídas aos governadores e deputados recém-eleitos da oposição – aqui corporificada por termos percentuais claros, pelo PMDB.

As greves de trabalhadores desencadeadas principalmente no segundo semestre de 1983, quando o corte dos salários atingiram 20% em relação à variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)<sup>22</sup>, demonstraram bem isso. O Decreto nº 88.540, que passava ao governo federal o controle sobre as polícias estaduais em caso de qualquer ameaça de perturbação a “ordem pública”, encurralou os governos estaduais de “oposição” que ou reprimiriam as atividades grevistas, ou estariam sob ameaça de uma intervenção policial. Assim, a ação policial contra os manifestantes se fez violenta.<sup>23</sup>

É bem verdade que já naquela altura, o PMDB, herdeiro majoritário do MDB, já não contava com a “pecha revolucionária” dos anos anteriores. Frequentemente acusado pela “ala esquerda” do partido de se submeter aos recuos do regime militar, que em nome da “transição sem perigosos distúrbios”, lançava mão de instrumentos do aparelho repressivo para conter a população, o partido já demonstrava, em 1982, que a opção por um posicionamento político mais conservador que de fato hoje o caracteriza, consistiria em sua força majoritária. Nas eleições deste mesmo ano, o partido já não conseguiria eleger personalidades

políticas importantes que participaram ativamente da campanha pela *Anistia*<sup>24</sup>, enquanto outros, mais afeitos a posicionamentos políticos mais brandos, conseguiriam em sua maioria, a indicação para concorrer aos cargos disponíveis pelo pleito eleitoral.

Os governadores de oposição e, em conseqüência, seus partidos, sofreram considerável perda de prestígio no decorrer de 1983. Por estarem inseridos no sistema autoritário, herdeiros de um aparelho administrativo limitado e por vezes, viciado, os governadores de oposição enfrentaram sérias dificuldades no controle de suas forças policiais e no planejamento das finanças e programas econômicos dos seus Estados. Tornaram-se assim gerentes de uma crise política, econômica e social.<sup>25</sup>

Se por um lado assistimos a alguns dos antigos opositores do governo se adequarem, cada vez, mais à "máquina governamental", por outro, percebemos a ascensão de vários movimentos sociais – de origens, objetivos e capacidade organizativa diferenciados, que por sua luta de oposição ao regime, começam a adquirir mais força e visibilidade. Mesmo com todas as dificuldades em enfrentar os órgãos de repressão, ainda vívidos e atuantes por intermédio da Doutrina de Segurança Nacional, estes movimentos que surgem, renascem, se desenvolvem e se afirmam, configuram formas diversas e bem empregadas de participação da sociedade civil no debate público. Assuntos como cidadania, conquista de direitos sociais e civis e a exigência de que após vinte anos contentos de ditadura militar no Brasil, sejam convocadas eleições diretas para presidente, conformavam unanimemente, bandeiras prioritárias destes referidos movimentos<sup>26</sup>.

Igualmente mobilizados em prol da instalação (democrática) de um governo civil no país, destacamos também o movimento sindical que com seus "novos" paradigmas já reunia, desde fins da década de 70, milhares de trabalhadores<sup>27</sup> em torno de suas reivindicações não somente por melhores condições salariais e de trabalho, mas também pela liberdade associativa, pela necessidade de livrar-se da "velha" estrutura sindical burocratizada, "patronal", "populista" por outra, mais autêntica, combativa, organizada a partir do local de trabalho. Apesar do chamado *novo sindicalismo* admitir posteriormente ter dificuldades em superar o antigo modelo, devido à "herança da cultura corporativa dos sindicatos"<sup>28</sup> e acabar mantendo, em torno da CUT principalmente, a unicidade sindical e a contribuição obrigatória que tanto combatiam, este configurou um movimento importante na luta pela liberdade e pela substituição de um Estado repressivo e ditatorial por uma democracia eminentemente popular.

Não podemos deixar de mencionar a participação de outras entidades e órgão de classe<sup>29</sup> que em forma de denúncias, manifestos, ações judiciais, etc.

exerceram pressão significativa na luta pela liberdade, democracia, conquista de direitos políticos, civis e sociais, posicionando-se contrariamente a qualquer tentativa de retrocesso no caminho da constituição de um estado democrático, muitas vezes exercido por grupos radicais de extrema-direita<sup>30</sup>, contrários à redemocratização do país e até pelo próprio Estado propulsor do processo de abertura política.

Outro ponto importante da ditadura brasileira foi a longevidade da transição para a democracia. Foi a mais longa dos países que viveram na época a mesma situação de ditaduras militares ou militarizadas. Caracterizou-se por avanços e retrocessos que visavam conter as demandas democráticas mais ousadas (...). E mais, a transição brasileira foi liderada pelos militares no poder, o que configurou uma situação conhecida como ‘transição pelo alto’.<sup>31</sup>

É claro que esta “transição pelo alto” não foi feita sem que a sociedade, organizada ou não em movimentos conforme demonstramos acima, pressionasse o governo para que fosse feita o mais rapidamente e democraticamente possível. Francisco de Oliveira salienta, no entanto, como as forças políticas mais reacionárias conseguiram afastar os “perigos de radicalidade” deste processo e acabaram por fazer valer, mesmo após forte mobilização popular em torno da campanha pelas “Diretas Já”, uma aliança conservadora que segundo o autor, já vinha sendo elaborada desde 1964.

A Nova República já foi pensada como uma ruptura, mas, bem observada, ela é consequência da sociabilidade e do campo de forças longamente gestado desde o golpe militar de 1964, passando pela intensa transformação produtiva e da estrutura social e das novas formas de representação social e política. Seu programa foi a tentativa de criar uma política que fosse a tradução de novos interesses criados pela intensa expansão capitalista (...).<sup>32</sup>

Diante das novas demandas do capital e da crise econômica que tomava proporções cada vez mais alarmantes, foi preciso rearticular à priori, o pacto entre as elites, a fim de retomar o dispositivo desenvolvimentista, viabilizando o tripé “empresas estatais-privadas nacionais-multinacionais”<sup>33</sup> de acordo com as prerrogativas acertadas com o FMI; por outro lado, era urgente encontrar uma forma de atenuar a pressão dos movimentos sociais, do movimento sindical e dos novos partidos políticos de esquerda não somente pela via da “política policial”.

Mesmo após assistir desapontada a eleição presidencial ser decidida por Colégio Eleitoral e comover-se com a morte de Tancredo Neves - representante legítimo da ala moderada que caracterizou a política de coalizão de forças deste



período, a população viu na posse de José Sarney – político que compunha os quadros da antiga Arena, uma real e efetiva possibilidade de renovação política.

Apesar do desapontamento com o fracasso da luta pelas diretas e da frustração causada pela morte de Tancredo Neves, os brasileiros iniciaram o que se chamou de 'Nova República' com o sentimento de terem participado de uma grande transformação nacional, de terem colaborado com a criação de um país novo.<sup>34</sup>

O primeiro ano do governo Sarney, nenhuma medida mais criativa foi tomada para frear a crise econômica. As críticas contra o governo se avolumavam e vinham de todos os lados: da imprensa, dos sindicatos, da Igreja, do Congresso e até do PMDB – partido da base aliada que propiciou a sua candidatura. A inflação, que chegou a atingir 242%<sup>35</sup> em 1985, as perdas salariais e o encarecimento do custo de vida, traziam a questão social para o centro do debate. A incompatibilidade entre as forças que compunham o governo, ou seja, os desenvolvimentistas do PMDB e os conservadores que vinham da Velha República, reiteravam a sensação de falta de controle no executivo e exigiam, portanto, que soluções mais duras fossem tomadas pelo presidente a fim de legitimar “um mandato que não teve para presidir o país”<sup>36</sup>.

Após a substituição de Francisco Dornelles – cuidadosamente escolhido por Tancredo, justamente por não ser afeito à “choques heterodoxos” por Dílson Funaro, para a pasta da economia e à implementação de uma política econômica contencionista, que visava dentre outras medidas, o aumento dos impostos e cortes no déficit público, Sarney preparava a economia para o Plano Cruzado, anunciado, em rede nacional, em fevereiro de 86.<sup>37</sup>

Um pronunciamento emocionado do presidente em cadeia nacional marcou o início de uma tentativa de “cair nas graças” da população. Uma pesquisa encomendada pelo *Jornal do Brasil* ao Instituto Gallup em novembro de 1986 revelava em números – sem que seja aqui desconsiderado ou minimizado o teor tendencioso de tais pesquisas, os altos índices de popularidades alcançados por Sarney durante a vigência do Plano Cruzado I. O mesmo não foi detectado no entanto, após a divulgação do “pacote econômico” que preconizava correções ao projeto econômico “piloto” - o Plano Cruzado II - quando a popularidade de José Sarney, conquistada à custa do congelamento de preços, finalmente despenca<sup>38</sup>.

Assim, passada a euforia a euforia da ‘recuperação’ (...) causada pelo Plano Cruzado, a economia novamente retomaria o caminho da inflação, de 80% em 1986 para 363% em 1987, para 850% em 1988 e 1.000% em 1989, apesar de termos executado três planos de estabilização na década de 1980 e de nos submetermos à ortodoxia do FMI.<sup>39</sup>

Diante da situação econômica desfavorável, a legitimidade do governo Sarney é novamente posta à prova. Pressionado mais uma vez pelos organismos financeiros internacionais, pela classe empresarial, pelos sindicatos, pelos trabalhadores, pelos partidos de oposição, pela imprensa e principalmente pela classe média, que reclamava ter sido prejudicada com o congelamento dos salários preconizado pelo Plano Cruzado I e com o descongelamento dos preços elaborado pelo Plano Cruzado II, o governo Sarney, que foi um “laboratório de redefinições” das relações civis e militares do país<sup>40</sup>, teve que conviver com o “monstro” da opinião pública. Esta expressão, que constantemente está imersa em disputas simbólicas para apropriação de seu significado<sup>41</sup>, não foi à toa amplamente utilizada pelo *Jornal do Brasil* em tempos tão instáveis como este. E é também sobre este ponto que nossas reflexões estarão voltadas a partir de agora.

#### **NA RUA E NA REDAÇÃO: RETÓRICA POLÍTICA DO JORNAL DO BRASIL SOBRE A MANIFESTAÇÃO DE 27/11/1986.**

A imprensa tem o dever de publicar tudo o que acontece, sem nada esconder. Esse é o papel que cabe a um órgão de comunicação, seja jornal, rádio ou TV. Manter a sociedade informada para que cada cidadão elabore seu próprio pensamento e possa agir por si mesmo. Este é o fundamento da opinião livre numa democracia.” (Velho cacoete. Editorial. JB, 2/11/1986, p. 10).

Após ter sido acusado pelo porta-voz da presidência do governo Sarney, Fernando César Mesquita, de receber “orientação da CUT”<sup>42</sup> para publicar suspeitas contra a polícia, que havia sido acusada pelos organizadores do movimento de ter infiltrado agentes à paisana na manifestação com intuito de promover a desordem, um editor do *Jornal do Brasil* (que preferiu não se identificar), visivelmente irritado, procurou reafirmar o compromisso da imprensa em divulgar os fatos à população que “age por si mesma”, em uma sociedade que preza por ideais de liberdade e democracia.

Situando a imprensa como ator político, nos dedicaremos agora à análise da atuação do *Jornal do Brasil* frente ao “quebra-quebra em Brasília”, uma das referências recorrentes feitas pelo jornal à manifestação popular ocorrida na capital federal em 27 de novembro de 1986<sup>43</sup>. Analisaremos aqui a heterogeneidade dos discursos presentes no periódico em torno deste acontecimento. Para isso, foram lidas e transcritas as reportagens referentes especificamente à manifestação, além dos editoriais e colunas políticas que fizeram menção à mesma entre os dias de 25 de novembro e 3 de dezembro de 1986.

É interessante perceber na citação transcrita acima, a importância que o editor atribui ao jornalismo. Após vinte anos sob vigilância acirrada do autoritarismo, incluindo o período do pós-1978 – já que o término oficial da censura prévia à imprensa escrita, não significou o fim do seu controle - o *Jornal do Brasil* exhibe, orgulhoso, o seu dever de informar “tudo o que acontece”, fundamentado na idéia de “opinião livre” sobre os assuntos.

Esta idéia de opinião livre e “pública” tão evocada pelos jornais, é duramente criticada por alguns pesquisadores que se dedicam aos estudos de mídia e que são mais especificamente ligados ao marxismo. Estes estudiosos acreditam que ao mencionar a “opinião pública” a imprensa busca na realidade “identificar a *sua (do jornal) própria opinião*, que, embora privada, pretende se passar por ‘pública’, funcionando portanto, como “um recurso retórico- ideológico estratégico e fundamentalmente voltado a encobrir – interesses particularistas e privados”<sup>44</sup>. Dentro desta perspectiva e baseando-se nos escritos de Adorno, Gisela Goldenstein vai além, rejeitando o termo “comunicação em massa”, pois para a autora o que ocorre na realidade é a “imposição do real ideológico” frente à “consciência expropriada” da grande maioria da população pela indústria cultural<sup>45</sup>.

Não pretendemos aqui esmiuçar este extenso debate, mas consideramos necessário elucidar como interpretamos este uso recorrente da expressão “opinião pública” pelos editores, redatores e colunistas do *Jornal do Brasil* no período que nos propomos em analisar, buscando primeiramente, delinear alguns aspectos sobre a nossa concepção da imprensa como “ator político”. Concordamos com a idéia de que é difícil admitir que a imprensa configure um local eminentemente democrático onde o debate político é travado com liberdade. Além de suscetível às leis do mercado, pois a *grande imprensa* foi estruturada aos moldes da indústria capitalista e por isso, configura mais um produto meio à lei da oferta e da procura, ela se encontra no “cerne das relações de poder que perpassam a sociedade”<sup>46</sup> e portanto, é grande o “seu potencial de construção da realidade através de suas representações”<sup>47</sup>.

Acreditamos, no entanto, que esta “construção da realidade” se dá por meio de disputas que se travam dentro e fora das redações. Ela é produto, a nosso ver, de uma relação dialética entre o espaço produtor, o público leitor e aqueles que tornam possível a circulação desta informação, ou seja, os seus patrocinadores e o próprio Estado. A notícia assim é o resultado de uma correlação de forças que se encontra em permanente negociação e em diferentes graus de disputa, que podem vir à tona com maior ou menor intensidade, de acordo com as condições e necessidades do momento. E essas relações não param por aí. É preciso salientar que informação divulgada na imprensa é construída por atores sociais, que acabam por se posicionar, mesmo na neutralidade aparente, dentro

destas relações e justamente por isso, procuram em todas as “brechas” possíveis, uma forma de demarcar uma posição ou tomada de posição.

Não é possível eliminar a dimensão econômica da mídia, mas é preciso estabelecer a articulação dessa dimensão com o crescimento, no seio da sociedade, de sentimentos de igualdade, surgidos na sociedade brasileira, principalmente durante o regime militar. Com a redemocratização, a luta por justiça e cidadania se ampliou e encontrou, nas redações, entre os profissionais da imprensa, grande receptividade.<sup>48</sup>

É possível que neste período marcado pela instabilidade – política e econômica, conforme já demonstramos, o *Jornal do Brasil* tenha recorrido constantemente à “opinião pública” para explicitar os seus próprios projetos para o país. Este conceito, conforme nos elucidou Jürgen Habermas<sup>49</sup>, sofreu mutações ao longo dos séculos e, portanto, os seus usos significados, e mesmo contradições são difíceis de sistematizar. Compartilhando desta perspectiva de análise, Marcos Morel identifica em seu estudo sobre o surgimento da imprensa no Brasil, no séc. XIX, o quão complexo e variado pode ser o termo, já que: “Tais formulações mudavam conforme local e a época em que eram pronunciadas, mesmo que o vocabulário usado fosse semelhante, o que às vezes encobria conteúdos diferentes”.

É preciso, portanto, observar que ao evocarem tal expressão, editores, redatores e colunistas do *Jornal do Brasil* estão partindo de um determinado contexto da história política brasileira no qual segundo Alzira Alves Abreu, “o registro dos fatos não é feito com isenção”. Ainda de acordo com a autora, no momento em que o país atravessava seu período de “redemocratização”, a imprensa brasileira iniciava um processo de mudança que, motivada pelo progressivo abrandamento da censura e pelos impasses e indefinições da Nova República, passava de um jornalismo de “utilidade social” (princípio anglo-saxão) para a de “responsabilidade social” (jornalismo norte-americano). Essa prática jornalística, embora freqüentemente lance mão de estratégias sensacionalistas e de uma narrativa dramatizada para atrair o público leitor, “(...) tem dado maior visibilidade aos processos de tomada de decisão e de condução de políticas públicas, o que poderá resultar em uma ampliação da cidadania e, ao mesmo tempo, induzir a uma maior responsabilidade na prestação de contas das pessoas públicas”.

Diante das particularidades do momento em questão, as palavras na sua aparente neutralidade, ganharam particular força na “luta propriamente simbólica” travada entre os diferentes agentes sociais que estão presentes na produção de um jornal – donos do periódico, jornalistas, governo, patrocinadores, público leitor – “para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus

interesses"<sup>50</sup>. E se é possível vislumbrarmos, por vezes de uma página a outra, diferentes abordagens em torno de um mesmo episódio ou diferentes interpretações em torno de uma determinada expressão, chocando-se, aliando-se ou entrecruzando-se nas entrelinhas do jornal, é porque aquele momento se apresentava como propício para tal.

As notícias são versões da realidade baseadas, em grande parte, em normas e convenções profissionais dos jornalistas. Ao realizarem o trabalho informativo, os jornalistas estão implicitamente a construir significados que dão sentido ao mundo. É a ordenação e o enquadramento dos factos que permite o seu reconhecimento e lhes atribui significado.<sup>51</sup>

Com intuito de organizar a nossa argumentação, optamos por apresentar primeiramente as nossas considerações sobre os aspectos que unificam e/ou diferenciam os discursos analisados para em seguida, buscar especificá-los com trechos selecionados das matérias publicadas no jornal, ou em outras palavras, "dar voz" a estes atores que por intermédio da imprensa, seja por condição ou ofício, se posicionam dentro do debate político.

A fim de identificar as diferentes "versões" em torno deste fato, partimos em princípio, de quatro questões fundamentais: 1) Quais seriam os "verdadeiros motivos" para estes jornalistas e colaboradores, que ocasionaram a manifestação do dia 27 de novembro? 2) Quais seus possíveis desdobramentos para o governo e para a democracia recém instalada no país? 3) Quem de fato, a organizou? 4) Por que a manifestação foi tomada por tamanha violência?

Sobre as motivações que levaram ao protesto, percebemos que há certa confluência no discurso de redatores, editores e colunistas, no que diz respeito à sua espontaneidade e forte adesão popular. As manchetes com frases de efeito<sup>52</sup>, fotografias mostrando cenas violentas, davam o tom das reportagens que buscavam, acima de tudo, reforçar o argumento de que a manifestação saiu do controle dos seus organizadores, quando "os manifestantes e populares, que se aglomeravam na rodoviária depois do trabalho, se uniram na mais surpreendente e mais violenta insubordinação popular de Brasília em seus 26 anos de existência."<sup>53</sup>

A adesão à passeata foi espontânea. Apenas algumas associações trabalharam na mobilização dos servidores, mesmo assim porque já estavam mobilizados por outros assuntos urgentes em sua pauta.<sup>54</sup>

Chico Vigilante – presidente da CUT/DF pede calma: Calma, não precisamos ter medo. Quem tem que ter medo do povo é o Sarney. E quando a polícia se aproximava, Chico começou a

cantar: Pai, afasta de mim esta drácula. E a multidão: Pai, afasta de mim o Funaro, afasta de mim o Sayad, totalizando um por um todos os 23 ministros do governo Sarney.<sup>55</sup>

Pois exatamente nesse vácuo<sup>56</sup>, de onde se extirpou a sociedade, instalou-se quinta-feira a manifestação violenta que pretendeu assumir sentido político de protesto nacional contra a política econômica do governo.<sup>57</sup>

A violência que arrematou o estado de anarquia que governou Brasília na quinta-feira por algumas horas, assustou os personagens da crise e deve levá-los, pelo menos os mais sensatos, a se esforçar para conjurá-la.<sup>58</sup>

Segundo o jornal, a “multidão enfurecida”<sup>59</sup> protestava contra o Plano Cruzado II. Percebemos que outras notícias, tais como: protestos, passeatas de categorias profissionais, anúncio de greve nacional, saques em supermercados<sup>60</sup>, etc. não por acaso são bastante destacadas pelo jornal. Para além de uma função simplesmente informativa, acreditamos que o *Jornal do Brasil* procurou dar ênfase a assuntos que poderiam passar ao público leitor uma sensação de desordem social e dar margem à idéia de que a população estava sem controle devido ao desemprego e à miséria, provocada pela política econômica desastrosa do governo, como escreveu o colunista Ricardo Noblat:

O momento que o governo e o PMDB atravessam é de perplexidade. A insatisfação que grassa nas ruas desprezita a divisão que o governo calculara, ingenuamente, que haveria entre as classes de mais baixa renda e a classe média – nem os pobres, que o discurso oficial assegurou que foram poupados, estão felizes.<sup>61</sup>

O pronunciamento do Plano Cruzado II, feito “sem qualquer preparo da opinião pública”<sup>62</sup> havia causado indignação e colocado em risco a “divisão que haveria entre as classes”. Restava agora, aos mais pobres, a alternativa desesperada dos saques; à classe média, a redução de seu poder de compra, a carestia e a submissão ao ágio. “Mas até quando? A classe média já estava cansada”, dizia o colunista Wilson Figueiredo, “da eterna prioridade de desembolsá-la”.<sup>63</sup>

Auto definido como “liberal”<sup>64</sup>, o *Jornal do Brasil* não dissimula a defesa que faz da classe média. Identificamos diferenças, no entanto, sobre as possibilidades de “salvá-la” desta crise. Quanto a isso, são levantadas questões que inevitavelmente, giram em torno tanto da economia e de seus possíveis redirecionamentos, quanto da legitimidade política do governo, sempre ameaçado pelos retrocessos do autoritarismo em vigília ou pelas pressões da *opinião pública* por sua substituição via eleições diretas.

(...) a democracia é assim mesmo. E ela pressupõe a troca de pessoas quando é necessário, atenção às manifestações populares e consulta sobre medidas que interfiram em faixas tão extensas da população como a classe média<sup>65</sup>.

Marx e seus discípulos ignoraram solenemente a classe média. No entanto, todos os lados a cortejam, seja para se fazer uma democracia que não se destina só a ela, seja para se fundar uma ditadura, que se destina a todos.<sup>66</sup>

O objetivo era inspirar no governo o medo de continuar uma das medidas saneadoras fundamentais: o fechamento de empresas públicas que são fontes de despesas e não de resultados. Há uma relação direta entre a decisão de acabar com o BNH – e outros órgãos inúteis – e o sentido predador indiscriminado que se exibiu em Brasília<sup>67</sup>.

Algumas lideranças do PMDB cobram do governo a criação de um fato novo que tenha a força de anular o combustível que ontem à noite pôs fogo em viaturas da polícia em Brasília. Sugerem que a batalha interna ceda lugar a um conflito externo – no caso aqui o não pagamento dos juros da dívida (...). Esta poderia ser a saída para jogar para longe a culpa por dificuldades que aqui mesmo, sob manto seguro do autoritarismo, foram geradas.<sup>68</sup>

Mas o mínimo que se espera dele é que supere o estado de paralisia que o acometeu e ao seu governo depois da rejeição do pacote, e que enfrente a crise que ameaça reduzir seu mandato.<sup>69</sup>

A queda de popularidade reaviva a discussão sobre o mandato de Sarney. As pesquisas de opinião indicam que na euforia do congelamento dos preços, a maioria queria que ele governasse por seis anos, mas agora o Instituto Gallup atesta que domina a opinião favorável a quatro anos.<sup>70</sup>

Estas opiniões que diferem tanto no tom da retórica, na forma de argumentação quanto no conteúdo de suas posições, que vão desde a defesa de substituição do governo por meio de eleições, passando pela necessidade do presidente tomar uma atitude para reconquistar o apoio popular ou em especial, da “penalizada” classe média sob risco de perder o seu mandato, à defesa mais incisiva de medidas *liberalizantes* ou mais radicais para a área econômica, revelam o quanto à manifestação em Brasília trouxe, para o centro do debate, assuntos que nem constavam, pelo menos explicitamente, na sua pauta de reivindicações.

Importante perceber aqui que não somente as colunas, mas os editoriais – um escrito por Eliane Cantanhede e outro que teve a autoria ocultada, esboçam opiniões divergentes sobre o assunto. Ambos, ainda apresentam argumentos bas-

tante diferenciados sobre as reais intenções do protesto e sobre quem de fato, o organizou.

Mas todo mundo sabe que não era só o PT que estava apanhando na Esplanada dos Ministérios, e que esse inimigo pode ser o embrião de um monstro: a opinião pública. (...) Agora, com o pandemônio da semana passada, o país está aprendendo que nem tudo se resolve com golpes, que a democracia não se faz com o silêncio (até muito pelo contrário) e que o não, quando gritado bem alto, tem que ter consequências.<sup>71</sup>

Era evidente o dedo do PT, com a impressão digital dos agentes da CUT, que também recebem dos cofres públicos e atuam no próprio serviço público. São burocratas que fazem extra na atividade radical ou, ao contrário, radicais que usam o serviço público como condição legal. Organizaram tudo e ainda ganharam hora extra (...) O fato que sobrou de tudo é que as cenas constituíram uma afronta à nação e um desrespeito ao governo democrático<sup>72</sup>.

Enquanto Eliane Cantanhede parece minimizar a liderança do PT e da CUT frente à “ira popular” ao “pacote”, que acabou tomando proporções violentas, o editor anônimo concede verdadeiro destaque à articulação dos mesmos no movimento que, segundo afirma, teriam pretensões claras de desestabilizar o governo.

Acreditamos que ao publicar editoriais com opiniões tão divergentes sobre o episódio, o *Jornal do Brasil* procurou, à semelhança do que foi analisado por Cláudia dos Santos Lagame Lobo<sup>73</sup> em sua pesquisa sobre este mesmo jornal no período de 1978 a 1985, se manter na “corda bamba”. Afinal de contas, se por um lado era preciso “agradar o público leitor, encarnando um tom oposicionista”<sup>74</sup>, por outro, era necessário garantir a sobrevivência do jornal, procurando não contrariar por completo nem o governo, nem seus patrocinadores. Outrossim, é importante observar que mesmo imersos entre tantos interesses antagônicos, os textos são elaborados por pessoas que, ao publicarem suas versões dos fatos acabam, inevitavelmente, tomando posições dentro do “campo de batalha ideológica”<sup>75</sup>.

É provável que devido à interferência destes múltiplos agentes na produção da notícia, que alguns editores, a fim de garantir maior liberdade, tenham preferido não se identificar. O anonimato é mais recorrente na produção das reportagens em torno do episódio, nas quais percebemos a prevalência da idéia de que a manifestação do dia 27 de novembro acabou tomando um vulto eminentemente popular. Apesar das manchetes de efeito – reconhecidamente uma estratégia da “grande imprensa” para atrair o público leitor<sup>76</sup>, com forte apelo para a violência da manifestação, as reportagens às vezes parecem oferecer um tom especial de celebração popular ao protesto.



Saudações, palmas, chuva de papel picado. Assim foram recebidos às 16h 40min., os manifestantes que chegaram ao Ministério da Fazenda fazendo discursos e gritando slogans. Apupos, sacos d'água em suas cabeças: assim foram tratados os policiais que 20 minutos depois, chegaram para reprimir a concentração que se realizava em frente ao ministério.<sup>77</sup>

Como a manifestação de 1984, esta foi conduzida por representantes de classe média. Os estudantes saíram de casa e funcionários dos órgãos de administração direta ocuparam a Esplanada dos Ministérios. Muita CUT, CGT, MR-8, PCdoB, barbas e bolsas a tiracolo, misturado com ray-ban e bermuda. Ontem, a polícia e os manifestantes avançaram mais do que há 2 anos, quando a capital do país vivia sob signo das medidas de emergência.<sup>78</sup>

(...) os policiais formaram um corredor polonês bastante largo e começaram a dispersar a multidão com golpes de cassetete, enquanto os manifestantes cantavam o Hino Nacional.<sup>79</sup>

Animado pelo coro "a casa é do povo", um aguerrido ecumênico grupo, incluindo o MR-8, CUT e CNTI, só levou 10 minutos para empurrar a polícia até a beira do gramado.<sup>80</sup>

Aqui dois pontos merecem ser destacados: primeiro, o protagonismo da classe média na manifestação, que mobilizada ou não em organizações e partidos de esquerda, participaram ativamente do protesto; segundo, a relevância dada à manifestação que de acordo com um dos redatores, só é comparável com a que ocorreu em Brasília em 1984, ou seja, a Campanha pelas "Diretas Já". Sendo que nesta, a de quinta-feira observa o mesmo, os manifestantes "avançaram mais".

Excetuando-nos das filiações e preferências políticas destes repórteres, já que dentro da investigação que estamos propondo qualquer tentativa neste sentido seria no mínimo leviana, destacamos nas palavras dos redatores do *Jornal do Brasil* certo um "sentimento de denunciamento" e de comprometimento com a promoção da cidadania e conquistas de direitos. Estes elementos, que segundo Alzira Alves de Abreu passaram a caracterizar a imprensa brasileira no período da redemocratização do país, revelam a tônica de uma geração de jornalistas que procuravam "legitimar a própria ação", já que "só recentemente a informação se tornou estrela de primeira grandeza na conquista e no exercício da cidadania"<sup>81</sup>.

Um último ponto que pretendemos destacar é sobre a violência, policial e dos manifestantes, que assinalou as últimas horas do protesto. Esta questão ganhou particular destaque nas manchetes do jornal e dividiu, mais uma vez, as opiniões dos editores e colaboradores sobre seus possíveis responsáveis.

Sobre a violência policial, percebemos posicionamentos bem diferenciados entre redatores e editores. Nas reportagens, prevalece o tom de denúncia sobre os possíveis abusos de força por parte da polícia, nos editoriais, que mais uma vez não vieram acompanhados com a identidade dos autores, identificamos críticas à apatia desta diante da ação dos manifestantes e o apoio incondicional à repressão policial:

Foi a primeira vez que o regime civil inaugurado em 1985 botou tanques na rua para intimidar a manifestação. Sete carros de combate Cascavel e quatro Urutu ocuparam a Esplanada dos Ministérios.<sup>82</sup>

A polícia, numa atitude que nunca tomara, nem quando o comandante militar do planalto era o general Newton Cruz, desta vez, desceu a rampa inclinada que ladeia o Congresso e tentou fazer um novo cordão de isolamento, com garrafas, pedras e paus, o povo empurrou novamente para cima dos policiais.<sup>83</sup>

Polícia armada existe para manter a ordem e portanto, para reagir. Estavam em causa o patrimônio público, a ordem legal e a autoridade do governo incumbido de administrar a transição do país ao regime democrático. Estava e está.<sup>84</sup>

Não se pode essa atitude desastrada chegar até o Planalto e envolver o próprio Presidente, pois, o menor sinal para a psicologia coletiva de que se romperam os cordões de comando, o resultado fatal será a anarquia.<sup>85</sup>

No que diz respeito às atitudes violentas por parte dos manifestantes, o jornal se viu envolto em uma polêmica: o governo acusava a CUT e o PT e todos os partidos e entidades organizadoras da manifestação de promover uma “guerrilha urbana” e de incentivar a população à depredação; os organizadores do movimento, por sua vez, “levantavam a suspeita de que haviam policiais infiltrados no quebra-quebra”. Os repórteres, num verdadeiro trabalho de investigação, procuravam evidências que pudessem comprovar as suspeitas levantadas pelos líderes do movimento:

A polícia de choque, a pouco mais de 500 metros, no início do conflito, nada fez para evitá-lo.<sup>86</sup>

No momento em que um grupo de homens incendiava os carros da polícia na plataforma inferior da Rodoviária de Brasília, a tropa da polícia militar e a maioria dos policiais civis que reprimiam a manifestação na Esplanada dos Ministérios foram desviados para outras funções. A ordem para deixar o local partiu do Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Coronel Olavo de Castro<sup>87</sup>.

Um funcionário que estava nas agências dos Correios, quando a mesma foi saqueada e depredada pelos manifestantes, disse que ouviu da polícia pelo telefone: "Pois é amigo. Caiam fora que eles vão tocar fogo em tudo". Acima, uma fotografia mostrando a depredação com a seguinte legenda: "Demora da polícia permitiu incêndio no correio". O redator vai aos poucos, construindo o argumento de que a polícia agiu no mínimo, de maneira irresponsável diante da ação. Ao publicar a notícia de que um dos manifestantes foi encontrado pela polícia e convocado a prestar depoimento, o redator da reportagem ironiza diante das acusações do governo de que a manifestação foi planejada por "guerrilheiros".

Rogério está preocupado desde sexta-feira, um dia depois de ter deixado o trabalho, às 18h e empolgado, teria aderido ao BADERNAÇO<sup>88</sup>. A preocupação surgiu com a foto estampada no *Jornal Brasília* e com a fala do Ministro da Justiça, Paulo Brossard, tachando os manifestantes de "guerrilheiros urbanos". Na foto, lá está o "guerrilheiro". Calça jeans desbotada, sem camisa, cara feia, e na mão esquerda, a lata de nescau.<sup>89</sup>

Mais uma vez, as opiniões se dividem. Enquanto os redatores procuram dar ênfase à acusação feita pelos líderes do movimento, os editores, por sua vez, optam por escrever sobre a "lei", a "ordem", em "restaurar a ordem hierárquica" e "afastar os pregadores da catástrofe", enfim, deixam implícito que não vale à pena dar ouvidos a tais denúncias e apelam para que o quanto antes, este fatídico episódio caia no esquecimento.

Que as fumaças de rua em Brasília se dissipem no esquecimento, pois esta Nação não se constituirá em torno dos interesses de cidadelas burocráticas, mas a chaminé da indústria que produz e se estrutura de serviços capaz de nos conduzir a estágios superiores de desenvolvimento.<sup>90</sup>

Porém, um editorial em especial, que assim como os outros editoriais e reportagens, também foi publicado sem assinatura do autor, excetuou-se dos demais quando escreveu:

Desejaria o governo que a nação já tivesse esquecido o episódio. A nação não quer esquecer, quer tirar dele todas as lições. Trata-se de um episódio exemplar, útil para aprender que a imprensa é a única responsável pelo que noticia. Num regime de liberdades e responsabilidades explícitas, jogar a culpa de tudo na imprensa ou nos partidos e organizações de esquerda soa como algo anacrônico.<sup>91</sup>

É interessante encontrar opiniões tão divergentes em um mesmo jornal. Elas são produto de uma interlocução com o governo e com a oposição; de uma

necessidade de apoio publicitário, do posicionamento político dos acionistas do jornal, jornalistas, editores e colaboradores; da busca pelo apoio do empresariado, mas também das demandas do público leitor. Os leitores, por sua vez, sendo eles de hábito diário ou de fim de semana, aqueles que lêem todo o jornal ou apenas os que espiam as manchetes de pé, em frente à banca, se caracterizam por sua heterogeneidade. Assim como seus produtores, que muitas vezes buscam nas entrelinhas, na escolha de termos, palavras, nos níveis de intensidade ou polidez dada às notícias, na seleção de matérias, uma forma de emitir opinião e de se posicionar frente ao debate público.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que a manifestação de 27 de novembro de 1986, ocorrida em Brasília configurou um episódio importante na história da cidade-capital e sem dúvida, interferiu na conjuntura política daquele momento. A cobertura dada pelo *Jornal do Brasil* ao acontecimento, por sua vez, tornou-o símbolo de uma economia em crise, de um governo impopular e sem legitimidade, de uma polícia autoritária e violenta e é claro, de uma população enfurecida.

Tratado ora como um “distúrbio”, “desordem”, um desequilíbrio à democracia recém inaugurada, e ora como “manifestação popular”, “espontânea”, uma resposta da população aos tropeços desastrosos do governo, o *Jornal do Brasil* acabou por configurar um espaço para o debate entre seus editores, redatores e colaboradores, sobre as possíveis motivações e o verdadeiro sentido que levaram milhares de pessoas a ocupar as ruas e a sede de governo, naquela tarde de quinta-feira na capital federal.

Revelando diferentes posições políticas que ultrapassam o sentido da manifestação em si, o jornal associou o acontecimento à recessão, à política econômica do governo, ao FMI, aos avanços e recuos do processo democrático que buscava se consolidar. Quando assuntos como a queda de popularidade do presidente e a possível decretação de moratória aos organismos financeiros internacionais começam a ganhar as manchetes de primeira página do jornal, o editor faz um apelo para que se esqueça o passado e se olhe para o futuro.

Assim como acontece com muitos outros fatos, as notícias sobre a manifestação em Brasília foram aos poucos escasseando, até cessar. Outros acontecimentos então, ganharam as páginas do jornal, dividiram opiniões, trouxeram ao público novos debates. É a rapidez. Dos fatos e do mercado. O interessante de tudo isso, é perceber que de vez em quando, estes acontecimentos possam ser revisitados alguns anos, décadas depois. E os atores e interlocutores do processo, ouvidos, lidos novamente, reinterpretados, levando em conta seus posicionamentos, condição de luta e negociação enfim, em seu protagonismo político.

## NOTAS:

<sup>2</sup> De acordo com dados do próprio jornal, o número de pessoas reunidas no protesto, foram avaliadas em 10 mil pela polícia e 50 mil pela Central única dos Trabalhadores (CUT), Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), apontados como organizadores da manifestação. Cf. *Jornal do Brasil*, 29/11/1986, p. 3.

<sup>3</sup> *Ibid.* p. 2.

<sup>4</sup> Baseio-me aqui nas reflexões de José Murilo de Carvalho, Maria Célia Paoli, Maria Celina d'Araújo, Maria Helena Moreira Alves, Maria Paula Araújo, Francisco de Oliveira e Rafael Fortes sobre os impasses políticos e conjuntura econômica do chamado período de "transição democrática" e "Nova República". Cf. ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1987; ARAÚJO, Maria Paula. "A luta democrática contra o regime militar, 1974-1985 (estratégias de luta e resistência contra a ditadura)". In: *Anais do Seminário 1964-2004: 40 anos do golpe. Ditadura Militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro. 2004. UFRJ, UFF, CPDOC, APERJ. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004; CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002; D' ARAÚJO, Maria Celina. "As forças armadas na Nova República". D' INCAO, M.A. (Org.) et al. *O Brasil não é mais aquele... mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo: Cortez, 2001; FERREIRA, Marieta de Moraes. "Vozes da oposição: ditadura e transição política no Brasil". In: *Anais do Seminário 1964-2004: 40 anos do golpe. Ditadura Militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro. 2004. UFRJ, UFF, CPDOC, APERJ. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. FORTES, Rafael. "A imprensa e a transição para a democracia: uma análise do início da 'Nova República'". In: *Anais do Terceiro Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho*, Novo Hamburgo, 2005 (CD-ROM); OLIVEIRA, Francisco de. "Política numa era de indeterminação – opacidade e reencantamento". In: FERREIRA, J.; DELGADO, L.A.N. (Orgs.) et al. *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba: Ed. da Unimep, 2003.

<sup>5</sup> Maria Celina D'Araújo afirma que sendo José Sarney um político historicamente ligado à ditadura e portanto, "(...) mais palatável para os setores militares descontentes com a transferência do poder", se tornou o primeiro presidente civil "(...) sem protagonismo militar, pelo menos direto". In: D' ARAÚJO, Maria Celina. 2001, p. 327.

<sup>6</sup> PAOLI, Maria Célia. 2003, p. 180.

<sup>7</sup> Paoli afirma, que apesar de identificarmos vários momentos na história de nosso país em que a população brasileira tentou exercer a prática cidadã, mobilizando-se através de movimentos políticos, ações coletivas diversas, "a herança privatista da cultura política" do Brasil, exclui-os do processo pela ausência "de um espaço público reconhecível, com duração e dinâmica, podendo ser uma referência para a sociabilidade, que possa gerar critérios de identidade, presenças plurais e equidade no trato". In: PAOLI, Maria Célia. 2003, p. 171 e 181.

<sup>8</sup> *Ibid.*, p. 181

<sup>9</sup> MOREL, Marco. *Palavra, imagem e poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21.

<sup>10</sup> *Jornal do Brasil*, 28/11/1986, p. 2

<sup>11</sup> Francisco de Oliveira afirma que o período de 1964 a 1990 correspondeu a uma época de invenção política. Para o autor, a política "policial" da ditadura militar não impediu o desenvolvimento de novas formas de representação social e política, imbuídas de diferentes projetos para "reinventar a nação". Cf. OLIVEIRA, Francisco. 2003, p. 192-196.

<sup>12</sup> Para informações mais detalhadas sobre a trajetória do *Jornal do Brasil*, ver: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

<sup>13</sup> LOBO, Cláudia dos Santos Lagame. "Na corda bamba- o *Jornal do Brasil* em tempos de abertura. (1978-1985)". *Anais do XI Simpósio Regional de História, Rio de Janeiro*: ANPUH, 2004. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/Anais/2004/Simposios>. p. 1.

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 5

<sup>15</sup> *Ibid.*, p. 8.

<sup>16</sup> Com o recrudescimento da dívida externa em 1983, a política econômica brasileira – em coincidência com as determinações "ortodoxas" do FMI já instalava medidas de austeridade econômica, ou seja,

corte nos gastos públicos, contenção dos salários e diminuição das importações com intuito de conter o aumento inflacionário. Cf. ALVES, Maria Helena Moreira. 1987, p. 347.

<sup>17</sup> FORTES, Rafael. 2004, p. 7-9

<sup>18</sup> CANO, Wilson. "Milagre brasileiro: antecedentes e principais consequências econômicas". In: *Seminário 40 Anos do Golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004. p. 236

<sup>19</sup> CARVALHO, José Murilo de. 2002, p. 174

<sup>20</sup> Refiro-me aqui principalmente, ao "pacote eleitoral" que além de proibir coligações partidárias para escolha de candidatos dos governos dos estados, o que acabou prejudicar seriamente a oposição, previa o "voto vinculado" (1981), que obrigava ao eleitor a votar em candidatos (que ia de vereador a governador) de um só partido, além das fraudes eleitorais que incluíram estratégias desde "voto formiguinha" ou "voto de cabresto" até falsificação de cédulas eleitorais. Cf. ALVES, Maria Helena Moreira. 1987, p. 355 e 356.

<sup>21</sup> O PMDB venceu nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Goiás, Pará, Amazonas e Acre. O PDT venceu no Rio de Janeiro. *Ibid*, p. 342.

<sup>22</sup> *Ibid*, p. 357.

<sup>23</sup> *Ibid*, p. 359-361.

<sup>24</sup> Marieta de Moraes Ferreira publicou belíssimo trabalho sobre militantes de partidos/ organizações que fizeram oposição ao regime militar. Devido ao grande reconhecimento e notoriedade destes homens e mulheres por sua luta de oposição ao regime militar, foi possível a eles obter vitória nas eleições de 1978. Mesmo diante da atuação parlamentar pela anistia, luta pelos direitos humanos e pela redemocratização do país, os mesmos não conseguiram ser reeleitos em 1982. Cf. FERREIRA, Marieta de Moraes, 2004.

<sup>25</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. 1987, p. 372

<sup>26</sup> Refiro-me aqui aos movimentos tanto da sociedade civil "laicos": de moradores de favela, de estudantes, de negros, mulheres, homossexuais, indígenas, artistas e intelectuais, e o MST que "é o melhor exemplo de um grupo que, utilizando-se do direito de organização, força sua entrada na arena política, contribuindo assim para a democratização do sistema", quanto os religiosos, no qual se destacavam os católicos, que atuavam principalmente através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Estudantil e Universitária Católica (JUC), entre outros. In: CARVALHO, José Murilo de. 2002, p. 203.

<sup>27</sup> A grande greve ocorrida em 1978, que teve início na região do ABC paulista e posteriormente, se espalhou por todo país, reuniu em torno de 300 mil operários; a de 1979 contou com a adesão de mais de 3 milhões de trabalhadores. Cf. CARVALHO, José Murilo de. 2002, p. 180.

<sup>28</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1964)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998. p.69.

<sup>29</sup> Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Organização dos Advogados do Brasil (OAB), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), além de sindicatos de diferentes categorias de trabalhadores (urbanos e rurais). Cf. CARVALHO, José Murilo de. 2002, p. 179-187.

<sup>30</sup> As ações de extrema-direita alcançaram seu ápice em 1981, com o atentado do Riocentro. Segundo Maria Celina D´Araújo, "Firmou-se, na época, um 'contrato' entre os militares e o governo pelo qual as Forças Armadas, particularmente o Exército, não seriam expostas a julgamento e, em contrapartida, os incorformados não questionariam mais a *transição por meio do terror*". D´ARAÚJO, Maria Celina. 2001, p. 328, *grifo meu*.

<sup>31</sup> *Idem*, p. 326.

<sup>32</sup> OLIVEIRA, Francisco de. 2003, p. 196.

<sup>33</sup> *Ibid*.

<sup>34</sup> CARVALHO, José Murilo de. 2002, p. 193.

<sup>35</sup> CANO, Wilson. 2004, p. 236

<sup>36</sup> NOBLAT, Ricardo. *Coluna do Castello*. *Jornal do Brasil*, 30/11/1986, p. 2.

<sup>37</sup> FORTES, Rafael. 2004, p. 7-9

<sup>38</sup> De acordo com pesquisa publicada pelo Jornal do Brasil em 30/11/1986, a popularidade do presidente José Sarney era de - 22% no RJ e - 36% em SP; após o Plano Cruzado subiu extraordinariamente para 71% do RJ e 68% em SP; já após a reforma do referido Plano, a sua popularidade despenca para -10% no RJ e -19% em SP. Cf. *Jornal do Brasil* em 30/11/1986, p. 1.

<sup>39</sup> CANO, Wilson. 2004, p. 236.

<sup>40</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina. 2001. p. 328.

<sup>41</sup> Baseio-me aqui nas reflexões de Pierre Bourdieu sobre o poder distintivo das palavras e as lutas simbólicas as quais as mesmas podem engendrar. Nas palavras do autor: "Embora seja legítimo tratar as relações sociais como interações simbólicas, isto é, como relações de comunicação que implicam o conhecimento e o reconhecimento, não se deve esquecer que as trocas linguísticas – relações de comunicação por excelência – são também relações de poder simbólico (...)" Cf. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 2008. p. 23-24.

<sup>42</sup> *Jornal do Brasil*, 29/11/1986, p. 2

<sup>43</sup> Além da expressão "quebra-quebra", detectamos outras que procuraram igualmente dar ênfase à situação de "fora de controle", que teria, segundo o jornal, caracterizado a manifestação: "arruaça", "primarismo", "distúrbio", "multidão enfurecida", "tumulto", entre outros. Cf. *Jornal do Brasil*, 1/12/86, p. 3; 28/11/86, p. 2; 28/11/86, p.1; 30/11/86, p. 8; 3/12/86, p.3.

<sup>44</sup> FONSECA, Francisco de. 2003, p. 20

<sup>45</sup> GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987. p. 26-27

<sup>46</sup> MOREL, Marco. 2003. p. 106

<sup>47</sup> BOSETTI, Cleber José. "História e imprensa: A inteligibilidade pela representação". *Revista Semina*, vol. 4, n. 1, Passo Fundo, 2006. Disponível em <http://www.ppgh.upf.br/>. p. 12

<sup>48</sup> ABREU, Alzira Alves de. "Jornalismo cidadão". In: *Estudos Históricos* n. 31, p. 25-40, Rio de Janeiro, 2003. p. 15.

<sup>49</sup> HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública – Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

<sup>50</sup> BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 11

<sup>51</sup> SERRANO, Estrela. "Jornalismo e elites do poder". *Ciberlegenda* n. 12, Niterói, 2003. p. 1.

<sup>52</sup> "Protesto leva arruaça a Brasília"; "Incêndios, depredações. Brasília protesta"; "Polícia ocupa rampa do Congresso, mas é obrigada a recuar. *Jornal do Brasil*, 28/11/1986. p. 1-3.

<sup>53</sup> *Jornal do Brasil*, 28/11/1986, p. 2.

<sup>54</sup> Ibid. p. 4

<sup>55</sup> Ibid. p. 2

<sup>56</sup> O "vácuo" a que o autor se refere é Brasília.

<sup>57</sup> *Teatro no vácuo*. Editorial. *JB*, 29/11/86, p. 10

<sup>58</sup> NOBLAT, Ricardo. *Coluna do Castelo*. *Jornal do Brasil*, 28/11/86, p. 2

<sup>59</sup> Expressão utilizada pelo Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, o Coronel Olavo de Castro, para classificar as pessoas durante a manifestação. *JB*, 30/11/86, p. 8

<sup>60</sup> Passeata dos funcionários da Embratel, Telerj e Cetel (*JB*, 25/11/86); greve dos funcionários da ECT e entrevista com Jair Menegheli – presidente da CUT Nacional sobre a possibilidade de greve nacional no próximo mês (*JB*, 27/11/86); saque de supermercados (*JB*, 1/12/86).

<sup>61</sup> NOBLAT, Ricardo. *Coluna do Castelo*. *Jornal do Brasil*, 28/11/86, p. 2

<sup>62</sup> *Jornal do Brasil*, 26/11/1986, p. 1.

<sup>63</sup> FIGUEREDO, Wilson. *Jornal do Brasil*, 30/11/86, p. 10

<sup>64</sup> FONSECA, Francisco. "A grande imprensa a constituição da agenda ultraliberal da 'Nova República'" *Estudos Históricos, Mídia*, n. 31, Rio de Janeiro, 2003. p. 1

<sup>65</sup> CANTANHEDE, Eliane. Editorial. *Jornal do Brasil*. 1/12/86, p. 2

<sup>66</sup> FIGUEREDO, Wilson. *Jornal do Brasil*, 30/11/86, p. 10

<sup>67</sup> *Teatro no vácuo*. Editorial. *JB*, 29/11/86, p. 10

<sup>68</sup> NOBLAT, Ricardo. *Coluna do Castelo*. *JB*, 28/11/86, p. 2

<sup>69</sup> Ibid.

<sup>70</sup> *Jornal do Brasil*, 30/11/1986, p. 2

<sup>71</sup> CANTANHEDE, Eliane. Editorial. *JB*, 1/12/86, p. 2

<sup>72</sup> *Teatro no vácuo*. Editorial. *JB*, 29/11/86, p. 10

<sup>73</sup> LOBO, Claudia dos Santos Lagame. 2004.

<sup>74</sup> Ibid, p. 10.

<sup>75</sup> BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

<sup>76</sup> CHAMPAGNE, Patrick. "A visão mediática". In: BOURDIEU, P. (Org.). et al. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 63-64

<sup>77</sup> *Jornal do Brasil*, 28/11/1986, p. 3

<sup>78</sup> Ibid.

<sup>79</sup> *Jornal do Brasil*, 28/11/1986, p. 2

<sup>80</sup> Ibid, p. 3

<sup>81</sup> ABREU, Alzira Alves de. 2003, p. 1

<sup>82</sup> *Jornal do Brasil*, 28/11/1986, p. 1

<sup>83</sup> Ibid, p. 2

<sup>84</sup> *Teatro no vácuo*. Editorial. *JB*, 29/11/86, p. 10

<sup>85</sup> *Interesses submersos*. Editorial. *JB*, 30/11/86, p. 10

<sup>86</sup> *Jornal do Brasil*, 28/11/1986, p. 2

<sup>87</sup> *Jornal do Brasil*, 30/11/1986, p. 10

<sup>88</sup> *Grifo do autor*.

<sup>89</sup> *Jornal do Brasil*, 3/12/1986, p. 4

<sup>90</sup> *Interesses submersos*. Editorial. *JB*, 30/11/86, p. 10

<sup>91</sup> *Velho cacoete*. Editorial. *JB*, 2/3/86, p. 10.